

Fernando de Sousa

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A Indústria das sedas em Trás-os-Montes (1790-1820)

Resumo

Nos finais do século XVIII, a multissecular indústria das sedas em Trás-os-Montes, saindo de um período de crise que se arrastava desde 1750 – 1755, desenvolve-se significativamente – acompanhando, aliás, um certo desenvolvimento industrial que, nessa época, se faz sentir naquela província, e mesmo em todo o Reino – e conhece um processo de modernização sem paralelo na sua história, graças à adopção dos métodos piemonteses na fição da seda.

Contudo, devido a um conjunto de factores que analisamos neste trabalho, esta tentativa de modernização da indústria da seda da região, a partir de 1808, irá fracassar, num processo lento mas irreversível de declínio que se irá prolongar ao longo do século XIX.

Abstract

At the end of the 18th century, the centuries-old silk industry of Trás-os-Montes, finally overcoming a crisis period which had been dragging out since 1750-1755, experienced significant growth - following, in fact, a certain degree of industrial development felt not only in that particular region, but also throughout the kingdom. The silk industry underwent an unparalleled modernization process, thanks to the adoption of Piedmontese methods in silk spinning.

However, due to a number of factors analysed in this paper, this attempt to modernize the silk industry in the region will come to failed from 1808 onwards, in a slow but irreversible process of decline, which lasted throughout the 19th century.

Introdução

Na viragem do século XVIII para o século XIX, o Nordeste Trasmontano, região por excelência da indústria das sedas, registou um notável surto industrial, sobretudo no que diz respeito àquela actividade económica. A iniciativa empresarial da região, sustentada por uma política coerente e proteccionista do Estado, beneficiando de uma conjuntura nacional e internacional favorável, vai conhecer níveis de produção/realização assinaláveis.

A família italiana dos Arnauds, perita na indústria das sedas, vinda para Portugal em 1786-1788, acaba por se instalar em Trás-os-Montes, na localidade de Chacim, onde, sob a sua orientação, é construída uma Fábrica de Fiação e Tecelagem das Sedas, que se encontra concluída em 1790. A partir de então, os Arnauds promovem a criação de escolas de fiação pelo método piemontês nalgumas localidades de Trás-os-Montes e passam a fornecer seda torcida pelo referido método, de qualidade, às fábricas de Bragança. E esta cidade, por seu lado, irá atravessar uma das épocas de maior prosperidade da sua história¹.

1. A indústria das sedas no nordeste transmontano (1790-1801)

Em 1790-1791, Freixo de Espada à Cinta, em obediência a uma longa tradição vinda seguramente do século XVI, se não mais cedo, continua a fabricar os panos de peneiras, tafetás, fumos e gravatas, trabalho este executado por mulheres, 38, que, em igual número de teares, pertencentes a 4 empresários, registam uma produção global de 975 peças de panos de peneiras, 38 gravatas e 6 280 côvados de tafetás e fumos (Quadro n.º 1).

¹ Ver, quanto à indústria das sedas em Trás-os-Montes, Fernando de Sousa, *A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1780-1812)*, Lisboa, 1978 (separata da *Revista de História Económica e Social*, vol. II, Lisboa, 1978); *Para a Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1819-1823)*, separata da revista *População e Sociedade*, n.º. 5, Porto: CEPESE, 1999; *A Reestruturação da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes nos finais de Setecentos* (separata da revista *População e Sociedade*, n.º. 5, Porto: CEPESE, 1999; *A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1835-1870)*, Lisboa: Edições Cosmos, 2000; *A Fábrica das Sedas de Chacim e a família Arnaud (1786-1790)*, Coimbra, 2002; e *O Inquérito à Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1869)*, Coimbra, 2004.

Quadro n.º 1
Fábricas de sedas de Freixo de Espada à Cinta (1790-1791)

Donos, directores e mestres	Teares	Tipos de produção	Produção				Mulheres
			1790		1791		
			(peças)	(côvados)	(peças)	(côvados)	
Domingos de Barros Salgado	3	Meia vara	90		90		3
	1	Limpo	40		40		1
	1	Macho	20		20		1
	2	Tafetá		600		600	2
	3	Fumos		1 500		1 500	3
	1	Gravatas	300		300		1
Gregório Simão Coelho	2	Meia vara	65		65		2
	2	Limpo	70		70		2
	5	Tafetá		1 680		1 680	5
	1	Gravatas	140		140		1
João, José Lourenço	2	Meia vara	100		100		3
	3	Limpo	100		100		3
	4	Tafetá		900		900	4
	2	Fumos		1 600		1 600	2
Miguel Caldeira	2	Meia vara	20		20		2
	3	Limpo	30		30		3
TOTAL	38	–	975	6 280	975	6 280	38

Nota – As peças de meia vara, limpo e macho são de panos de peneiras.
Apenas 1 aprendiz.

(Fernando de Sousa, *A indústria das sedas em Trás-os-Montes*, in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, 1979)

Nos mesmos anos, o filatório de Chacim duplica a seda torcida – de 900 para 1800 arrâteis –, e quatro empresários mantêm uma produção de cetins, grodelúnios, mantos, pelúcias, sarjas, tafetás e veludos que ronda os 19 500 côvados.

Na vila, além do filatório, laboram 40 carrilhos e máquinas, 37 teares, dando trabalho a 140 operários, nos quais se incluíam os proprietários, 44 oficiais, 40 tecedeiras e 40 voltadeiras (Quadro n.º 2).

Quadro n.º 2
Fábricas de sedas em Chacim (1790-1791)

Donos, diretores e mestres	Carrilhos e máquinas	Tornos de torcer	Teares	Tipos de produção	Produção				Operários
					1790		1791		
					(arráteis)	(côvados)	(arráteis)	(côvados)	
Arnauds, pai e filhos, piemonteses (diretores usufrutuários)	40	1 filatório à piemontesa		Seda	900		1 800		contador 1 escolhedora 1 fiel 1 mestra 1 mulheres 7 oficiais 3 tecedeiras 40 voltadeiras 4 0
António Nunes		1	2 1	Cetim Tafetá Seda		600		200	2 2 1
João Baptista Afonso		1	3 1 1 1 1	Cetim Nobreza Pelúcia Tafetá Veludo Seda		800 100 200 400		500 480 120 600 100	3 1 1 2 1 1
Manuel José Gonçalves Matias		2	9 2 2 4 1 6 1	Cetim Grodelúmio Mantos Pelúcia Sarja Tafetá Veludo Seda		9 400 500 1 440 1 500 1 000 3 000 100		9 400 500 1 440 1 000 4 400 100	9 1 2 3 1 2 6 1
Rodrigues Sanção			1 1	Cetim Manto		600 400		600	1 1
TOTAL	40	4	37	–	1 800	19 640	3 570	19 440	135

Nota – Registam-se 8 aprendizes

(Fernando de Sousa, *A indústria das sedas em Trás-os-Montes*, in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, 1979)

Em Bragança, sob o impulso de Lopes Fernandes, empresário que, desde 1773-1774, reanimara a indústria das sedas na cidade, o número de teares continua a aumentar – 195 em 1790, 215 em 1792 –, e a produção, nos mesmos anos, quer em peças, quer em côvados, quase duplica, a testemunhar o bom momento que a capital do Nordeste Trasmontano então atravessava quanto a tal indústria (Quadro n.º 3).

Quadro n.º 3
Fábricas de sedas de Bragança (1791-1792)

Tipos de produção	Teares	Produção (peças)	Produção (côvados)	Seda consumida (arráteis)	Tornos
Cetins	100	1 600	80 000	12 500	20 Bragança, Lebução, Rebordelo e Vinhais
Mantos	13	312	15 600		
Nobrezas e cabaiais	18	180	18 000		
Tafetás	80	960	96 000		
Veludos	4	32	800		
TOTAL	215	3 084	210 400	12 500	20

(Arquivo Histórico Ultramarino, *Fundo relativo às sedas de Trás-os-Montes*)

Columbano Pinto Ribeiro de Castro, no seu *Mapa da província de Trás-os-Montes*, de 1793-1794, dá-nos um panorama geral da economia daquela região e permite-nos traçar com rigor o estado da sua indústria das sedas.

Vejamos, pois, mais concretamente, a situação em que se encontrava esta indústria, naqueles anos.

Na *Comarca de Miranda*, além de Algosó, que produzia alguma seda, Vinhais continuava esta secular indústria, com 3 fabricantes de seda na vila e 31 em Rebordelo. Em todo o concelho existiam 10 tornos de seda, que ocupavam 30 homens e 100 mulheres; e 2 teares, um de tafetá, outro de gorgorão, nos quais trabalhavam 4 homens e 4 mulheres.

Na *Comarca de Vila Real*, só Murça colhia e fiava alguma seda, ocupando 8 homens e numerosas mulheres em vários tornos de torcer.

Na *Comarca de Moncorvo*, os grandes centros desta indústria localizavam-se em Chacim e Freixo de Espada à Cinta, registando-se, ainda, uma pequena actividade em Monforte do Rio Livre.

A fábrica da seda de Chacim continuava a progredir sob a inspecção de Miguel Pereira de Barros e a direcção dos Arnauds, os italianos que, como já vimos, desde 1788, se encontravam à frente das escolas de fiação e torcedura das sedas trasmontanas pelo método piemontês, introduzido pelos mesmos naquela província.

Entre 1790 e 1793-1794 a indústria das sedas desta vila conhece progressos espectaculares. Assim, a produção de seda torcida triplica, passando a 5 500 arráteis anuais. O número de teares aumenta de 37 para 57. A produção de tecidos quadruplica, saltando de 19 640 côvados para 80 525 côvados. E o número de pessoas ocupada nesta indústria quase triplica – aumenta de 140 para 379 –, isto é, mais de 60% da população total da vila (637 almas), assim distribuídos:

- 100 homens e 120 mulheres nas fábricas, incluindo as dobadeiras;
- 35 homens e 130 mulheres nos tornos de torcedura;
- 6 homens e 8 mulheres na escola de fição.

Os seus cetins, tafetás, veludos, gorgorões tinham “excelente extracção” para todo o Reino e para o Brasil.

Quadro n.º 4
Fábricas da seda de Chacim (1793)

Tipos de produção	Teares	Produção (côvados)	Seda consumida (arráteis)	Operários
Tafetás	20	38 400	2 400	100 homens e 120 mulheres, incluindo as dobadeiras
Mantos	6	7 200	960	
Cetins dobrados	10	12 425	1 930	
Cetins singelos	10	12 400	825	
Sarjas	4	4 200	370	
Veludos	2	400	80	
Pelúcias	2	1 200	80	
Grodetur	2	2 800	400	
Nobrezas	1	1 500	150	
TOTAL	57	80 525	7 195	

Tornos	Seda torcida (arráteis)	Homens	Mulheres
8 tornos	4 000	25	100
Máquina piemontesa	1 500	10	30
TOTAL	5 500	35	130

(Columbano Pinto Ribeiro de Castro, *Mappa do estado actual da provincia de Tras-os-Montes*, in José Maria Amado Mendes, *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII*, Coimbra, 1981)

A escola de fição piemontesa, com 40 caldeiras, produzia 1500 arráteis de seda.

Freixo de Espada à Cinta alimentava uma significativa exportação de tecidos de seda para a Espanha e diversas partes do Reino. Em 1791, contava 4 fábricas, com 38 teares, nos quais trabalhavam 39 mulheres.

Em 1793, já o número das suas fábricas quadruplicara (16), duplicando os seus teares (71), e, conseqüentemente, as operárias que neles trabalhavam, 71 mulheres, tecedeiras.

Além dos panos de peneiras das mais diversas qualidades, manufactura em que se especializara e que constituía o sector mais importante da sua produção, fabricava, ainda, fumos, gravatas, fitas e tafetás – duplos e singelos –, estes, últimos, muito perfeitos. A tecedura de Freixo de Espada à Cinta, assevera Link, era a mais racional de toda a província.

Quadro n.º 5
Fábricas de sedas em Freixo de Espada à Cinta (1793)

Donos	Teares	Panos de peneira			Tafetá duplo (côvados)	Tafetá singelo (côvados)	Fumos (côvados)	Gravatas
		Alvo (peças)	Límbo (peças)	Macho (peças)				
Aleixo Rodrigues	2	8	12	6				
António Teixeira Meireles	3	15	15	5				
Domingos de Barros	11	90	40	20	300	600	1 500	
Francisco Guerra	6	50	50					
Gregório Simão	10	80	70		1 120	560		
João Caetano Teixeira	2	10	10					
João Casado	3	15	30	15				
João Fernandes Maça	2	12	12					
João Ferraria	2	20	20	10				
Doutor João José	12	100	100		300	600	1 600	
José Luís Teixeira	2						500	
Manuel Aires Feio	4	20	40					
Manuel António de Almeida	2	20	20					
Manuel Pereira	3	20	15	5				
Manuel Sanches Sarmiento	2	15	15					
Miguel Caldeira	5	20	30				80	
TOTAL	71	495	479	61	1 720	1 760	3 100	830

Nota – As peças de panos de peneiras são de meia vara.
O número de tecedeiras é igual ao número de teares.

(Columbano Pinto Ribeiro de Castro, *Mappa do estado actual da provincia de Tras-os-Montes*, in José Maria Amado Mendes, *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII*, Coimbra, 1981)

No concelho de Monforte do Rio Livre, trabalhavam alguns tornos e teares de seda.

A pequena fábrica de Monforte, meramente de fiação, com 8 rodas, tinha iniciado a sua laboração em 1789, por conta da real fazenda. Depois de funcionar durante dois anos, suspendeu a laboração e foi-se arruinando até 1802.

Neste ano, posta à disposição da Real Companhia para as Fiações e Torcidos das Sedas, foi reformada e posta, de novo, em funcionamento, continuando assim por mais 2 anos, até que, suspensas as compras de folhelho, em 1804, voltou ao seu antigo abandono, para fechar definitivamente com o início das invasões francesas, razão pela qual não lhes faremos mais qualquer outra alusão.

Na *Comarca de Bragança* existiam duas escolas de fiação de seda, pelo método piemontês, em Sanfins e Valpaços, concelho de Chaves, ocupando 40 pessoas e fiando anualmente 600 arráteis de seda.

Mas era em Bragança, então a maior e mais rica cidade trasmontana, desde sempre o mais importante centro desta indústria no Portugal do interior, que se registava uma animação invejável, de tal modo que a vida económica da cidade assentava fundamentalmente em tal actividade. As suas fábricas, com 232 teares e 9 tornos, em 1794, empregavam 915 pessoas – 407 fabricantes de seda e 508 mulheres –, além de 11 torcedores de seda, e 24 tintureiros, isto é, mais de 18% da sua população total. Nos seus tornos, eram preparados 4 500 arráteis de seda ao ano. E as suas cinco tinturarias, com excepção de uma modesta tinturaria em Chacim, as únicas existentes em toda a província de Trás-os-Montes, encontravam-se reputadas a nível nacional.

Columbano garante que o comércio principal da cidade era constituído pelas sedas, fiadas, dobradas e tecidas, vendidas “nas imensas lojas de mercadorias” que existiam.

Quadro n.º 6
Fábricas de seda de Bragança (1793-1794)

Tipos de Produção	N.º de teares	Produção (côvados)	Seda consumida (arráteis)	Operários	N.º de tornos	Seda torcida (arráteis)	Operários
Cabaiais	8	8 000	800	380 H	9	4 500	27 H
Cetins dobrados	32	38 400	5 760	400 M			108 M
Cetins singelos	10	12 000	800				
Pelúcias	2	1 200	80				
Sarjas	2	2 400	180				
Seda de mantos	12	14 400	1 920				
Tafetás	160	192 000	11 500				
Veludos	6	1 200	200				
TOTAL	232	269 600	21 240	780 HM			9

Tornos	Seda torcida	Homens	Mulheres
9	4 500	27	108

Nota - Produção de um ano (meados de 1793 a meados de 1794).
(Arquivo Histórico Ultramarino, Fundo relativo às sedas de Trás-os-Montes)

Grande parte dos seus teares encontrava-se nas mãos de Lopes Fernandes, fabricante de sedas e capitalista que, desde 1773, como já dissemos, incrementara a sua produção e aperfeiçoara os métodos de fiação. Os mantos, tafetás, cetins e os seus afamados veludos, transportados por almocreves, vendiam-se para todo o Reino, nomeadamente para Lisboa e Porto e, sobretudo, aproveitando as facilidades concedidas pelos decretos de 2 de Abril e 24 de Outubro de 1775, os quais permitiam a exportação dos tecidos de sedas sem pagamento de direitos, exportavam-se para as Américas.

Em suma, por 1793-1794, segundo Columbano Ribeiro de Castro, trabalhavam na indústria das sedas de Trás-os-Montes, 741 homens e 991 mulheres, num total de 1 732 pessoas.

Quadro n.º 7
A indústria das sedas em Trás-os-Montes (1793-1794)

Concelhos	Homens	Mulheres	Total
Bragança	442	508	950
Chacim	141	258	399
Chaves	10	30	40
Freixo de Espada à Cinta	–	71	71
Monforte do Rio Livre	10	20	30
Vinhais	138	104	242
TOTAL	741	991	1732

Por 1798, a produção das fábricas de sedas de Bragança, quando comparada com a produção de 1794, acusa uma ligeira descida. Entre os mesmos anos, o número de teares desce de 232 para 200 e o número de mestres, oficiais e aprendizes regista uma quebra ainda mais substancial, passando de 400 para 210 (Quadro n.º 8). Mas, apesar de tudo, a situação é, ainda, de prosperidade. Aliás, a última década do século XVIII parece ter sido a época mais florescente desta indústria, em Trás-os-Montes, a registar os seus melhores anos entre 1793-1796.

Quadro n.º 8
Fábricas de seda de Bragança (1797-1798)

Tipos de produção	Teares de seda	Produção (peças)	Produção (côvados)	Seda consumida (arráteis)	Mestres e oficiais
Cetim	50	1 000	50 000	17 860	200
Manto	15	360	23 040		
Nobreza	12	140	14 000		
Pelúcia	25	450	14 400		
Sarja	12	250	12 500		
Tafetás	82	1 476	118 080		
Veludo	4	40	1 000		
TOTAL	200	3 716	233 020	17 860	200

Nota – Dos 200 mestres e oficiais, 45 trabalham por sua conta, em casa; 130 trabalham para negociantes, em suas casas; e 25 trabalham em casa dos patrões. Existem ainda 10 aprendizes.

(Arquivo Histórico Ultramarino, *Fundo relativo às sedas de Trás-os-Montes*)

Esta febril actividade, contudo, não consegue iludir alguns dos estrangulamentos estruturais com que se debate a indústria das sedas naquela província.

Tanto os Arnauds como Link, no crepúsculo de Setecentos, registam a incúria e a absoluta negligência que se fazia sentir em Trás-os-Montes, não só no que dizia respeito à cultura das amoreiras e criação do bicho-da-seda, como à indústria sericícola.

Cultivava-se grande número de amoreiras, sobretudo pretas, recolhendo-se grande quantidade de casulo nas comarcas de Bragança e Moncorvo, nomeadamente nos concelhos de Bragança, Chacim, Mirandela, Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta.

O número de amoreiras, contudo, era bem inferior às necessidades exigidas para se dispor do bicho da seda e do casulo indispensável ao aumento da fiação e tecelagem que se pretendia.

Algumas doenças, aliás, dizimavam o bicho da seda – razão pela qual, em 1799 e 1800, o Governo mandou vir do Piemonte significativas quantidades da “semente dos bichos”, o que permitiu a renovação das criações e o aumento da produção e qualidade do casulo.

Por outro lado, a fiação da seda em Trás-os-Montes, tanto fina com de retrós – assevera Caetano Arnaud –, continuava a ser de péssima qualidade, constituindo Portugal o único país em que não havia regulamentos “para pôr freio à

malícia das fiadeiras” – apesar de todos os negociantes de sedas clamarem dos estragos que aquelas provocavam. Só o filatório de Chacim – lamenta-se Caetano Arnaud –, pagara de desperdícios, em 1799, 800 000 réis, o que causava grandes prejuízos aos italianos².

Mantendo-se os erros tradicionais na fiação, os teares de Bragança e Chacim viam-se na necessidade de usar seda importada da Itália.

A divulgação e aceitação das novas técnicas piemontesas revelavam-se difíceis, não só porque os Arnauds monopolizariam, ciosa e parcialmente a difusão de tais técnicas, como os artífices, hostis aos estrangeiros, recusavam-se obstinadamente a abandonar os seus rudimentares processos.

Os negociantes das sedas mancomunavam-se entre si para as comprarem por “preços arrastados”, ludibriando frequentes vezes, nas feiras das sedas – como na feira de Mirandela, a mais importante de toda a província, nos dias de Santa Ana e Santiago –, os pesos das mesmas, contribuindo assim para que os lavradores negligenciassem a produção e iludissem ou deturpassem a qualidade.

O consumo dos tecidos de seda ia-se revelando difícil, já porque o preço e a qualidade se revelavam incapazes de suportar a concorrência estrangeira – a nobreza, assim como a grande e média burguesia, usavam tecidos estrangeiros –, já pelo desuso em que aqueles tinham caído, substituídos por tecidos mais práticos e mais baratos, como os de algodão, cambraias, etc., e que eram preferidos pela pequena burguesia e pelas camadas populares.

Escasseavam os capitais. Em Chacim, os Arnauds careciam dos meios financeiros para adiantarem dinheiro aos lavradores que criavam o bicho da seda, tornarem as sedas competitivas e organizarem os circuitos de distribuição, pedindo, numerosas vezes, ao Governo, empréstimos de 100 a 200 000 réis que lhes permitissem sustentar e desenvolver a Fábrica de Chacim. Por outro lado, Lopes Fernandes troca Bragança pela capital, onde passa a residir, aplicando os seus capitais a outros “objectos, e principalmente a comprar bens de raiz”, e acabando, finalmente, por desligar-se da fábrica de Bragança, que, de imediato, se ressentiu de tal facto.

Outras causas ajudam a explicar também as dificuldades desta indústria nesses difíceis anos de viragem do século XVIII para o século XIX.

O contrabando, que aumentara após o afastamento de Pombal, recrudescia a partir dos últimos anos do século XVIII, não só na metrópole – os tecidos espanhóis entravam pelas fronteiras terrestres, como, e sobretudo, no Brasil tecidos ingleses –, colónia para onde era exportada a maior parte dos tecidos de seda trasmontanos.

O alvará de 7 de Maio de 1801, determinando que as manufacturas nacionais consumidas no Reino, até então isentas de impostos, assim como as manu-

² A .H. U., Carta de Caetano Arnaud, de 19.9.1800.

facturas exportadas, fossem oneradas com um imposto de 3%, torna-se responsável pela ruína dos pequenos fabricantes.

Finalmente, e ainda em 1801, a guerra com a Espanha convulsionou toda a vida económica da nação, alterando o ritmo normal da produção industrial e das transacções comerciais.

Por 1800-1801, boa parte dos teares de Bragança encontram-se paralisados e a criação do casulo ao abandono. Muitos fabricantes de seda tinham abandonado a cidade após a saída de Lopes Fernandes. Os que ali permaneciam viviam de esmola, “miseravelmente mendigando o sustento”. A indústria das sedas em Trás-os-Montes passava, de novo, por grandes dificuldades.

2. Da criação da Real Companhia das Sedas às Invasões Francesas (1802-1810)

José António de Sá, um dos maiores defensores da promoção da indústria das sedas em Portugal, bragançano de origem, enquanto corregedor da comarca de Moncorvo, defendia, já em 1792, que o progresso da indústria das sedas em Trás-os-Montes passava pela criação de uma empresa formada por alguns capitalistas negociantes da província, da qual fizesse parte a Fábrica de Chacim. Uma década mais tarde, já superintendente geral da décima, em inteira concordância com o ministro Rodrigo de Sousa Coutinho, vai concretizar aquele intento.

Na sequência da representação dos negociantes António José Ferreira, Carlos Francisco Prego, Gaspar Pessoa Tavares, João António Lopes Fernandes, João da Silva Mendes, Jacinto Fernandes Bandeira e Joaquim Pereira de Almeida, o alvará de 6 de Janeiro de 1802 vai confirmar a *Real Companhia do Novo Estabelecimento Para as Fiações e Torcidos das Sedas*, promovida por Rodrigo de Sousa Coutinho e José António de Sá, e integrada por negociantes de seda trasmontanos, os Arnauds, e alguns capitalistas ligados àquele ramo industrial do Porto e Lisboa, a qual, “reunindo por meio de acções hum capital suficiente”, tinha por fim impulsionar “tão decadente ramo da nossa indústria”, zelar pelas escolas de fiação piemontesas, aliviar os povos das fintas e dos encargos das lenhas para as caldeiras do filatório de Chacim, promover a plantação de amoreiras, distribuir sementes do bicho-da-seda pelos povos, aumentar o moinho de organsinar de Trás-os-Montes, conceder prémios àqueles que mais se distinguissem na criação do bicho e fiação da seda, etc.

Embora reconhecendo o magistério “inteligente” desenvolvido pelos Arnauds em Chacim e a importância da Fábrica de Chacim, os referidos negociantes consideravam que aquele Estabelecimento não produzia “todo o efeito desejado”, “por falta de meios” que os italianos nunca poderiam obter. E por isso, pretendiam tomá-lo “sobre si, oferecendo-se a sustentá-lo em benefício comum daqueles povos do Reino”, a fim de se promover a indústria da sedas, sob determinadas condições, as quais foram confirmadas pelo referido alvará:

- a Companhia seria instituída por um “simples contrato da sociedade”, com um fundo composto por acções de cem mil réis;
- a Companhia seria dirigida por três sócios em Lisboa e três sócios nas províncias de Trás-os-Montes e Beira, um dos quais seria um Arnaud;
- os Arnauds teriam parte nos lucros, como se tivessem acções;
- a Companhia teria a duração de 12 anos, podendo, todavia, continuar;
- o objectivo principal da Companhia consistia na compra do casulo aos lavradores, fazendo-o fiar e torcer pelo método do Piemonte, e na venda da seda torcida e mesmo em rama se o filatório não pudesse torcer toda a seda adquirida;
- as compras do casulo seriam livres, sem qualquer coacção, podendo a Companhia adiantar o dinheiro necessário aos lavradores para a compra das folhas das amoreiras, desde que estes se obrigassem a criar uma quantidade de semente estipulada;
- a Companhia passaria a ter o uso das casas de fição construídas pela real fazenda, assim como as alfaias respectivas, nas duas províncias;
- em todas as fições trabalhariam mulheres já especializadas no novo método piemontês, fiando apenas uma das três qualidades de seda, organsim, trama e a que se destinasse para retrós;
- a fiadeira seria paga por jornal e os mestres por ajuste;
- a Companhia faria criar “sementes suficientes à proporção das amoreiras”, vendendo-as ao lavrador pelo preço de custo;
- os mestres regulariam as fições e torcidos pelos métodos do Piemonte, segundo a orientação dos Arnauds, em ordem à constituição de um regulamento, como acontecia no Piemonte;
- a Companhia, atendendo à “grande falta de lenhas nas províncias”, procuraria, através do seu conservador e de acordo com as leis em vigor, promover a plantação de amoreiras e de matas;
- seriam concedidos extensos privilégios aos lavradores que plantassem amoreiras suficientes e lavrassem seda em rama, desde ficarem isentos de pagar sisa, portagem, décima ou qualquer outro tributo velho ou novo, e mesmo escusos de peitas, fintas, talhas, serviços, empréstimos, ofícios concelhios e aposentadorias, até usufruirem dos privilégios dos caseiros e lavradores dos fidalgos e, sendo mecânicos, lavrando três arrobas de seda da sua colheita, a passarem a nobres e portanto, capazes de servir os cargos da república;
- por outro lado, os capitalistas da Companhia seriam reputados nobres para serem admitidos aos empregos honoríficos, e aos fundadores da mesma ser-lhe-ia concedido o hábito de Cristo, desde que entrassem com as suas acções na caixa da Companhia, considerando-se fundadores os negociantes já referidos e aqueles que entrassem na Sociedade, até Junho de 1802;
- que fosse nomeado conservador da Companhia o doutor José António de Sá, desembargador da Casa da Suplicação e superintendente geral da déci-

ma, com ampla jurisdição em tudo o que fosse aplicável e compatível com os objectos da sociedade constituída.

O alvará estabelecia ainda quatro prémios anuais de 1 600 000 réis cada um, concedidos pela fazenda real às pessoas que plantassem maior número de amoreiras e que vendessem à Companhia, da sua lavra, a maior quantidade de casulo.

José António de Sá, enquanto conservador da Companhia, por edital de 15 de Fevereiro de 1802, vai publicitar no Reino a criação do Estabelecimento e dos quatro prémios anuais, assim como os privilégios concedidos a todos aqueles que plantassem amoreiras e lavrassem a seda em rama, isto é, os aspectos do dito alvará que, de acordo com a mentalidade da época e as regalias que proporcionavam, mais contribuía para o bom acolhimento desta política de expansão da indústria das sedas.

Procurava-se com este novo Estabelecimento, em cujas bases se encontra bem patente a mão de Sousa Coutinho e de António de Sá, este, bragançano, ex-corregedor da comarca de Moncorvo e profundo conhecedor da região e da problemática das indústrias das sedas, “nacionalizar” e generalizar o método piemontês, atenuar a tutela dos Arnauds sobre a indústria das sedas em Trás-os-Montes e valorizar estas, libertando-as do monopólio até então exercido por alguns negociantes.

Por carta régia de 22 de Março de 1802, atendendo à “decadência” em que se encontrava a Fábrica das Sedas de Bragança, com os seus fabricantes “miseravelmente mendigando o sustento”, José António de Sá foi encarregado de restabelecer, naquela cidade, as fiações, torcedura e tecidos, congregando as “principais pessoas em riqueza e nobreza”, missão que foi coroada de êxito.

Apresentando Sá, ao príncipe regente, 16 peças de seda fabricadas em Bragança, este comprou-as, assegurando que delas se vestiria a família real – decisão que a *Gazeta de Lisboa* se encarregou de publicitar, com o objectivo de se reanimar a indústria das sedas em Bragança, a qual, como vimos, com a saída de Lopes Fernandes para Lisboa, e a Guerra das Laranjas, de 1801, sofrera uma quebra considerável.

Em 1802 e 1803, já os negociantes levantaram muitos teares, aumentando até, os salários dos fabricantes, o que contribuiu para a reanimação daquela indústria.

O estado da Fábrica de Fiação, Torcedura e Produção de Tecidos de Seda, em Chacim, por 1802-1803, também não era próspero.

Esta fábrica agrupava, então, cinco operações: fiação, torcedura, tecelagem, tinturaria e encanhação, estas duas últimas exigidas pela seda consumida nos teares.

A fiação, segundo as técnicas piemonteses, sob a direcção dos irmãos

Arnauds, dispunha de 16 fornalhas e 32 rodas, das quais, por falta de meios, apenas se encontravam em exercício 6 a 8 fornalhas com as correspondentes rodas. Nesta operação, efectuada normalmente nos meses de Julho e Agosto, trabalhavam 24 a 32 mulheres, que fiavam entre 500 e 1 200 arráteis de seda, oscilando o número de mulheres e o da produção segundo as colheitas do casulo, muito irregulares de ano para ano.

A torcedura, efectuada na grande máquina piemontesa, de igual modo sob a orientação dos italianos, empregava 20 homens e mulheres, com uma produção anual de 2 000 arráteis de seda. Existiam ainda 5 máquinas «antigas» de torcer, os tornos, que trabalhavam por conta de negociantes particulares, empregando cada um 6 a 8 pessoas, num total de 30 a 40 homens e mulheres, e que torciam, no conjunto, outros 2 000 arráteis de seda por ano.

Na sua tinturaria operavam três homens e na encanção, 100 mulheres.

Os tecidos de sedas, cetins, sarjas, mantos, tafetás e veludos, além do consumo local, eram exportados para várias regiões do interior do Reino, mas, principalmente, para Lisboa, Porto e Braga, e encontravam-se nas mãos de cinco negociantes, cada um dos quais dispunha de um certo número de teares correspondentes aos fundos aplicados neste negócio (Quadro n.º 9).

Quadro n.º 9
Fábricas das sedas de Chacim (1802)

Proprietários	Teares existentes	Teares em exercício	Operários	Produção (côvados)
António Nunes	4	2	4	2 teias de 200
António Rodrigues Rocha	4	3	4	2 teias de 200
Cactano Arnaud	5	2	5	2 teias de 200
João Baptista Afonso	9	8	9	2 teias de 200 1 tear de veludo, 100
José Gonçalves Matias	25	12	16	2 teias de 200 1 tear de veludo, 50 a 60
TOTAL	47	28	28	1 150 a 1 160

(Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, *Mappas das Fabricas do Reino*)

A Fábrica de Chacim dependia do selo da Alfândega de Bragança para os seus tecidos circularem livremente. A sua “decadência” tinha como principais factores, as diminutas colheitas de casulo na província, a guerra de 1801, que desarticulou as redes comerciais e a falta de consumo de tecidos de seda, substituídos por outros mais práticos e baratos.

Freixo de Espada à Cinta mantinha a tradicional feitura de panos de peneiras, debatendo-se todavia, com idênticas dificuldades.

A produção da seda em Trás-os-Montes, apesar da sua fraca qualidade, continuava a ser muito importante, mais de 50% da produção nacional manifestada oficialmente em 1804, suprimindo, em parte, a esterilidade desse terrível ano, que levou a fome e a peste ao Nordeste Trasmontano (Quadro n.º 10).

Quadro n.º 10
Produção de seda em Trás-os-Montes (1804)

Comarcas	Produção (arráteis)
Bragança	8 450
Miranda	4 428
Moncorvo	20 155
Vila Real	2 344
Total	35 377

A 24 de Dezembro de 1804, na conformidade do decreto de 11 de Maio de 1804, os proprietários da Fábrica de Bragança propuseram ao Governo o encabeçamento da contribuição anual dos 3%, para os 4 anos seguintes, obrigando-se aqueles a pagar 300 000 réis por ano, em vez do novo imposto, para o que invocavam diversos factores:

- nesse ano, não trabalhavam mais que 1/3 dos teares existentes, devido ao flagelo da peste e da fome que assolava Bragança e todo o Nordeste, levando à morte de muita gente e à saída dos fabricantes de seda para outras cidades do Reino;
- a fábrica da seda laborava muito irregularmente; um proprietário com 4 teares, no ano seguinte, podia não ter nenhum;
- o aumento ou redução dos teares variava de acordo com o consumo dos tecidos, com a abundância ou escassez da seda importada de Itália, que era a mais utilizada, uma vez que a seda do Reino era pouca e de qualidade inferior;
- a entrada de tecidos estrangeiros, sobretudo de Espanha, donde vinha a maior parte dos mesmos tecidos; e se, entre 1802-1804, tal não aconteceu, deveu-se ao facto de as sedas em Espanha terem chegado a um alto preço, o que obstou à sua “introdução costumada”³.

Este contrato, porém, que seria vantajoso para os proprietários da Fábrica das Sedas de Bragança – como se pode ver pelo rendimento da contribuição dos

³ Francisco Manuel Alves, *M.A.H.D.B.*, t. I, p. 286; t. II, doc. N.º 113, p. 252-253.

3%, nos anos seguintes a 1804 –, não foi aceite pelo Governo.

Com efeito, através das fontes manuscritas relativas à arrecadação do imposto dos 3%, é possível concluir que, até 1808, isto é, até ao início das invasões francesas, a indústria das sedas em Trás-os-Montes continuou a prosperar.

Bragança conheceu o seu melhor ano de produção de tecidos de seda em 1802, revela uma ligeira tendência para a baixa a partir de 1804, mas apenas se afunda de 1807-1808 em diante. De 1811 em diante, os valores registados são quatro vezes inferiores à média de 1801 a 1806. E o mesmo aconteceu em Freixo de Espada à Cinta, entre 1803-1807, registando o seu melhor ano de produção industrial em 1804 (Quadros n.º 11 e 12).

Quadro n.º 11
Rendimento das fábricas das sedas de Bragança (1801-1813)
(Imposto dos 3% para a Fazenda Real)

Anos	Rendimento total	Rendimento líquido
1801	376 206	364 920
1802	958 705	929 944
1803	809 082	784 812
1804	846 445	821 053
1805	806 826	782 622
1806	730 881	708 957
1810	202 946	196 858
1811	205 639	199 470
1813	205639	199 470

Nota – O rendimento de 1801 é apenas do 2º semestre.
(ANTT, Livros do imposto dos 3%)

Quadro n.º 12
 Rendimentos das fábricas das sedas em Freixo de Espada à Cinta (1803–1807)
 (Imposto dos 3% para a Fazenda Real)

Anos	Rendimento líquido
1803	406 539
1804	625 662
1805	309 413
1806	510 879
1807	416 608

(ANTT, *Livros do imposto dos 3%*)

Seja como for, a Companhia das Sedas esteve longe de atingir os ambiciosos objectivos que os seus fundadores pretendiam.

É certo – assevera Acúrcio das Neves –, que a nova empresa das sedas, sob o impulso de José António de Sá, desenvolveu inicialmente, como já vimos, uma notável actividade, “distribuindo medalhas, propagando conhecimentos úteis e promovendo à custa de grandes despesas todos os objectos do seu instituto”. Aumentaram as fiações em Trás-os-Montes e deram início a um estabelecimento análogo em Celorico da Beira, formado por uma grande casa de fiação, com forninhos para 32 caldeiras e um “magnífico edifício para outro filatório que veio do Piemonte”.

É igualmente seguro que destruiu os conluios dos compradores de sedas em Trás-os-Montes, que se mancomunavam entre si para comprarem aos produtores as sedas por “preços arrastados”, contribuindo, assim, para a subida dos preços das mesmas e para o aumento da sua produção até 1807⁴.

Mas os juízos de valor dos Arnauds, de Morais Pessanha e da Junta do Comércio e mesmo da Comissão das Artes e Manufacturas das Cortes Constituintes são mais desfavoráveis à actividade da Companhia, entre 1802–1808. Com efeito, a Companhia das Sedas teria limitado a sua actividade à compra de casulo fiado e torcido no Filatório de Chacim – “um negócio mesquinho” segundo Morais Pessanha – não concedendo aos Arnauds os fundos indispensáveis para o funcionamento da Fábrica da Chacim, com a agravante de ter obrigado aqueles a aumentarem as máquinas em “cinco oitavas mais” e a darem “nova forma interna” ao edifício, onde acabaram por gastar a maior parte do dinheiro que tinham recebido, por empréstimo, do real erário – a Companhia, asseveram os italianos, parece que teve apenas, como objectivo, arruiná-los. Descurou a vigilância da fiação em Trás-os-Montes. Não insta-

⁴ José Acúrcio das Neves, *Noções...*, p. 382-385.

lou, com excepção do efémero estabelecimento de Celorico da Beira – durante as invasões francesas, a casa converteu-se ”em aquartelamento de tropas e os forni-lhos em fornos de cozer bolachas” –, novas casas de fiação à piemontesa, determinantes para o seu progresso. Finalmente, o capital social da Companhia teria sido desbaratado em ordenados e despesas exageradas.

O mérito principal da Companhia, em nossa opinião, foi o de limitar o monopólio da compra da seda por alguns negociantes do Porto e Lisboa e o de alargar a fiação à piemontesa a outras localidades em Trás-os-Montes. Nas vésperas das invasões francesas, a fiação à piemontesa estaria já instalada em 40 lugares da província de Trás-os-Montes, desde Bragança a Chaves e a Alfândega da Fé, muito particularmente, em povos dos concelhos de Bragança, Castro Vicente e Chaves (Quadro n.º 13).

Quadro n.º 13
Centros de fiação à piemontesa em Trás-os-Montes (1806-1807)

Freguesias e lugares	Concelhos
Agrobom	Castro Vicente
Argeriz	Chaves
Baçal	Bragança
Banrezes	Bragança
Carrapatos	Bragança
Castro Roupal	Bragança
Castro Vicente	Castro Vicente
Cernadela	Cortiços
Chacim	Chacim
Cidões	Bragança
Felgueiras	Castro Vicente
Gebelim	Castro Vicente
Grijó de Valbenfeito	Bragança
Lagoa	Bragança
Lombo	Castro Vicente
Macedo de Cavaleiros	Bragança
Morais	Bragança
Olmos	Chacim
Paradinha	Outeiro

Freguesias e lugares	Concelhos
Peredo	Castro Vicente
Porrais	Castro Vicente
Possacos	Chaves
Rio Torto	Chaves
Saldonha	Alfândega da Fé
Salselas	Bragança
Sambade	Alfândega da Fé
São Fins	Chaves
Sobreda (anexa a Morais)	Bragança
Socima	Castro Vicente
Talhas	Bragança
Travanca	Bragança
Vale Benfeito	Bragança
Vale da Porca	Bragança
Vale de Pereiro	Castro Vicente
Valpaços	Chaves
Valverde da Esteveira	Chaves
Vila Nova	Bragança
Vilar Chão	Castro Vicente
Vilar Seco	Castro Vicente
Vilarandelo	Chaves
Vinhas	Bragança

Nota – A informação relativa aos lugares em que a fição à piemontesa estava estabelecida, é de 1817–1819. Mas tudo leva a crer que se reporte a dez anos antes, uma vez que, após as invasões francesas, não mais houve condições, quer por parte da Companhia das Sedas, quer por parte dos Arnauds, para se difundirem as técnicas de fição piemontesas.

Seja como for, com a invasão do Reino em 1807, a Real Companhia das Sedas “suspendeu as suas operações; e expulsos os invasores em 1808, fez ainda mais: cuidou em retirar das províncias as suas sedas e transportar para Inglaterra os seus fundos, como praticou a maior parte dos nossos grandes capitalistas. Abandonarão-se as fiações, e todos os referidos projectos”⁵.

⁵ Idem.

Sem os capitais indispensáveis ao funcionamento da Fábrica de Chacim, valeu aos Arnauds o auxílio do negociante do Porto, João Baptista de Vasconcelos, o qual abriu a sua “burra” para a compra do casulo e das sedas que ali mandava preparar.

3. Das invasões francesas à revolução liberal (1810-1820)

Em 15 de Março de 1810, os Arnauds enviaram ao príncipe regente uma exposição, na qual, basicamente solicitavam:

- a retirada da Fábrica de Chacim, da Real Companhia, assim como a entrega da casa da fiação do casulo, junto ao edifício da Fábrica, dos respectivos armazéns e utensílios, e das alfaias existentes nas fiações de Valpaços, Sanfins e Lebução;
- o pagamento dos ordenados de Caetano e Filipe Arnaud, de acordo com o decreto de 30.6.1788, em atraso há longos meses;
- a concessão de alguns terrenos baldios em Trás-os-Montes e na Beira, próprios à plantação de amoreiras, constante já do decreto de 30 de Junho 1788 mas nunca concretizada, uma vez que o filatório da Fábrica de Chacim, para trabalhar todo o ano, necessitava, pelo menos, de 6 000 arráteis de seda;
- a isenção dos exercícios das ordenanças, assim como para os 4 ou 5 oficiais que com eles trabalhavam;
- a proibição de se construir no Reino, durante 20 anos, outro filatório⁶.

A carta de lei de 27 de Setembro de 1810 vai reconhecer que, de facto, a Real Companhia das Sedas, não só não ajudara os Arnauds durante as invasões francesas como se apossara de parte das fiações que os italianos tinham estabelecido, o que provocara a total paralisação da Fábrica de Chacim, em 1808-1809.

Separou-se, assim, a Fábrica de Chacim da Companhia das Sedas, continuando Sá com a mesma jurisdição no sul do Reino – fundando-se, por conta desta última, um filatório no Campo Pequeno, originário do Piemonte, “com o grande defeito de ser movido por homens”, sob a administração de Filipe Arnaud, vindo de Chacim para o efeito e que, poucos anos depois, por falecimento, irá ser substituído pelo filho, João Maria Arnaud, até 1817-1818, altura em que encerrou as suas portas.

Na emergência, os Arnauds, que constituíam três famílias numerosas e não dispunham de manufacturas suas nem cobravam os seus ordenados desde Março de 1807, efectuaram, então, sociedade com João Baptista de Vasconcelos, negociante da cidade do Porto, o qual ajudou os italianos com os fundos indispensáveis e encomendas permanentes de sedas, não obstante a oposição da

⁶ ANTT, Mç. 242.

Real Companhia das Sedas, que queria obrigar os Arnauds a manterem-se unidos a ela.

Por outro lado, a carta de lei determinava que fossem concedidas as facilidades que os Arnauds pediam quanto aos baldios, assim como quanto aos meios necessários para adiantarem dinheiro aos lavradores que criavam o bicho da seda e produziam o casulo, mas sem a concessão de qualquer privilégio exclusivo para o filatório e os moinhos de torcer ou organsinar a seda.

Os Arnauds finalmente, viram-se desligados da Real Companhia das Sedas – que desistiu do seu “monopólio” quanto a Trás-os-Montes –, mas sem qualquer autoridade para obrigarem à fiação da seda pelo método piemontês, o que veio a ter consequências desastrosas para a sua qualidade.

Por 1813-1815, o estado da indústria da seda em Chacim era o seguinte:

- sob a administração de João de Vasconcelos e direção de Caetano Arnaud e seus irmãos Filipe Arnaud e João Arnaud, funcionava o real filatório, propriedade do rei, sendo usufrutuários os Arnauds. A produção desta fábrica reduzia-se à torcedura de 2 000 a 3 000 arráteis de seda em rama, segundo o método piemontês; anexa a esta fábrica, cujas instalações, arruinadas, começavam a exigir obras, encontrava-se a casa de fiação do casulo, com 32 rodas, funcionando pelo método do Piemonte, e que ocupava 68 pessoas, durante dois ou três meses ao ano, conforme o volume da “colheita” do casulo;

- uma fábrica de tecidos, de Caetano Arnaud, que começou a laborar em 1814 e que produzia cetins, sarjas e tafetás;

- uma fábrica de tecidos, de Miguel Afonso, com uma máquina de dobar seda pelo método piemontês e 6 rodas de fiação de casulo, na qual trabalhavam 13 pessoas e produzia, no tempo da fiação, 300 arráteis de seda, pêlos e tramas, utilizadas em cetins, sarjas e tafetás lisos;

- quatro a cinco fábricas equipadas com máquinas de torcer seda pelo “método antigo”, que estavam nas mãos de António de Carvalho, Francisco Lopes, Francisco Borges e Miguel Afonso que, no seu conjunto, torciam, anualmente, 1 600 a 2 000 arráteis de seda, mas trabalhando apenas quando recebiam encomendas de negociantes;

- finalmente, existiam 10 rodas de fiação pelo método piemontês, de ou-tros particulares, em que se ocupavam 20 pessoas e que produziam 700 arráteis de seda (Quadro n.º 14).

Quadro n.º 14
Fábricas de sedas de Chacim (1814)

Fábricas	Proprietários	Mestres	Oficiais	Serventes	Produção (arráteis)	
Organsim, método Piemontês	Propriedade real, sendo usufrutuários Caetano Arnaud e seus irmãos, Filipe e João	3	6	18	2 000	
Manufatura de tecidos	Caetano Arnaud	8	6	30	Cetins, sarjas e tafetás lisos	
Manufatura de tecidos	Miguel Afonso	8	6	30	Cetins, sarjas e tafetás lisos	
Manufatura de tecidos Cinco máquinas de torcer seda pelo método antigo	António José de Carvalho		2	6	2 000	
	António Nunes		2	6		
	Francisco Xavier Lopes		2	12		
	Miguel Afonso		2	6		
Máquina de dobar	António Nunes		12		300	
TOTAL		6	19	38	108	4 300

Nota – *Toda a obra é vendida para o Reino – Porto, Lisboa, Bragança, etc.*
(Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, *Mappas das fábricas do Reino*)

Pouco depois, contudo – por 1815-1816 –, a liquidação da sociedade de Caetano Arnaud com João de Vasconcelos – este não retirava daquela os lucros que pretendia e Caetano Arnaud criara, entretanto, a fábrica de tecidos referida – colocou, de novo, em difícil situação, a Fábrica de Chacim.

A crise fazia-se também sentir em Freixo de Espada à Cinta, onde as manufacturas de panos de peneiras e ligas de seda continuavam, mas de modo muito irregular, a “arbítrio” e necessidade dos particulares, “afeitos pela sua pobreza a este modo de vida”. A maior parte das mulheres da vila ocupava-se nos panos de peneira e nos fumos, gastando anualmente, em tal produção, 8 a 10 arrobas de seda.

Em Bragança, por 1813, a fábrica de seda consumia anualmente 4 400 arráteis de seda, produzindo 70 000 côvados de tafetás e algumas sarjas. Com 16 proprietários, – Bernardo José Franco, Bernardo José de Sá, Caetano da Costa, Daniel Dias de Castro, Francisco António Lopes, Henrique José dos Passos, Jerónimo J. de Lima, Joaquim de Lima, José António de Castro, José António Ferreira Lima, José António Ramires, José Caetano, Manuel António Garcia, Manuel José Lopes, Manuel Lopes, Salvador Mendes Pereira, – nela traba-

lhavam 48 mestres, 22 oficiais e 16 aprendizes. A exportação dos tecidos era feita para Lisboa, Porto, Coimbra e outras terras do Reino. O seu estado tinha decaído muito devido às invasões francesas e à entrada de fazendas estrangeiras.

Em 1817, a indústria das sedas de Bragança mantinha o mesmo número de proprietários de fábricas, nelas trabalhando 37 mestres, 23 oficiais, 33 aprendizes e 110 serventes. Utilizando seda pura, registava de “obra” anual 46 960 côvados de tecidos em cetins, tafetás, peluças, veludos, etc., vendidos no Reino (Quadro n.º 15).

Registando na cidade e termo, nos primeiros anos do século XIX – assevera o escrivão da câmara –, 235 teares, 32 tornos e 4 tinturarias, em 1817, só funcionavam na cidade 37 teares, 4 tornos e duas tinturarias – uma para a cor preta, outra para as restantes cores –, tornos e tinturarias que davam ocupação a 36 pessoas.

No seu termo, em Bornes, 4 tornos ocupavam 32 pessoas e em Rebordelo, 8 tornos davam trabalho a 64 pessoas.

Isto é, em 1817, trabalhavam na indústria das sedas daquela cidade 239 homens e mulheres, e no seu termo, 94 pessoas, num total de 334 operários.

Quadro n.º 15
Fábricas de sedas de Bragança (1817)

Proprietários	Mestres	Oficiais	Aprendizes	Serventes	Produção (côvados)
António dos Passos	1	1	1	4	1 600
António José Ramires	1	1	1	4	1 600
António Rodrigues Praça	5	3	6	16	6 500
Bernardo José Franco	2	3	2	10	4 000
Bernardo José Mendes	1	1	1	4	1 600
Daniel José Dias de Castro	2	1	2	6	1 960
Gabriel de Barros	1	1	1	4	1 600
Joaquim José Leão	4	-	2	8	3 200
José António de Barros	2	2	3	8	3 200
José António de Castro	2	2	2	8	3 200
José António Ramires	1	1	1	4	1 600
José António Ribeiro	1	1	1	4	1 600
José Caetano Carvalho	1	1	1	4	1 600
José dos Passos	1	1	1	4	1 600
Manuel de Barros	6	2	4	16	5 400
Manuel Lopes	6	2	4	16	6 700
TOTAL	37	23	33	120	46 960

(Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, *Mappas das fábricas*)

O estado desta actividade industrial era considerado decadente, por força da concorrência levantada pelas fazendas estrangeiras, especialmente as “fazendas” de algodão inglesas, que imitavam as “fazendas” de seda nacionais.

O mesmo acontecia na vila de Vinhais, onde, apenas no seu termo, no lugar de Rebordelo, se mantinha uma pequena manufactura, que ocupava, no mesmo ano, sete oficiais de torcer seda em rama, laborando em 8 tornos, em cada um dos quais trabalhavam 3 aprendizes ou criados e algumas mulheres nas dobaduras. Torciam, por ano, 400 arráteis de seda, que era exportada para Bragança, Porto e Braga.

Em suma, a indústria das sedas em Trás-os-Montes revelava-se incapaz de recuperar a prosperidade de outrora.

No plano nacional e internacional, a conjuntura era muito adversa.

As invasões francesas (1807-1812), devido ao recrutamento dos jovens, à emigração que provocou, à fuga para outros países de mestres da indústria, e às

destruições efectuadas por franceses e ingleses, paralisaram a nossa agricultura, aniquilaram as nossas fábricas. O esforço de guerra mobilizou todos os recursos, disponíveis e indisponíveis, da nação. A abertura dos portos brasileiros, ao comércio internacional (1808-1810), sobretudo ao comércio inglês dinamizado por uma revolução industrial em plena expansão, deu origem a uma concorrência desigual entre a produção industrial daquela potência, assente numa tecnologia inovadora, e a nossa indústria manual, semi-artesanal, dispersa, típica da proto-industrialização. A seda, tecidos e panos de Chacim, Bragança e mesmo de Freixo de Espada à Cinta deixaram de contar com o exclusivo do mercado americano.

Segundo Valentim Alexandre, o sector das sedas, no que diz respeito à exportação para o Brasil, ao contrário do que aconteceu com os lanifícios, vai manter a sua importância após 1808, atingindo, em 1814-1818, um valor superior ao de 1805-1807 e correspondendo a 87% do período de 1802-1806. Este “período de prosperidade relativa prolonga-se e acentua-se de 1819 até 1821”⁷.

Assim sendo, a verdade é que a indústria das sedas trasmontanas pouco beneficiou desta conjuntura favorável. A produção brigantina de tecidos afunda-se, como vimos, e a seda, quer desta cidade, quer de Chacim, é vendida para o Reino, nomeadamente para o Porto, e a partir daqui, eventualmente para o Brasil.

Aliás, todas as informações relativas ao estado das fábricas de sedas em Trás-os-Montes são unânimes em referir 1808 como o ano de viragem da sua produção, o que corresponde, efectivamente à perda do “único mercado externo para a indústria portuguesa”. O rendimento do imposto de 3% sobre as fábricas de Bragança revela, de modo irrefutável, essa dramática viragem.

Por outro lado, as medidas tomadas pelo Governo português, a partir de 1813, no sentido de reanimar a indústria das sedas – como as outras indústrias –, traduzidas por algumas medidas proteccionistas – resolução de 5 de Outubro de 1815, proibindo todas e quaisquer importações de manufacturas de sedas de países estrangeiras, com excepção das inglesas, devido aos tratados de comércio de 1808 e 1810, de pouca duração, aliás; e carta régia de 17 de Setembro de 1817, determinando que as sedas portuguesas fossem preferidas para a decoração dos palácios reais do Brasil – revelaram-se manifestamente insuficientes, face à “invasão inglesa” das chitas e tecidos de seda – traduzindo, aliás, a própria falência da política reformista dos governadores do Reino, protagonizada sobretudo pelo Principal Sousa. Aliás, não eram poucos aqueles que consideravam as medidas proteccionistas nocivas para tal indústria, argumentando que, com a admissão das sedas vindas de Itália, Macau e outros países, os nossos fabricantes trabalhavam menos mal, procurando imitar ou exceder a seda importada. E

⁷ Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império*, Porto, 1992, p. 784.

que, com as proibições da entrada de sedas estrangeiras, piorava a qualidade, subia o preço e diminuía assim as vendas das manufacturas nacionais.

Ao nível regional, na província trasmontana, também não ocorreu qualquer iniciativa susceptível de alterar as condições de produção das sedas.

Durante as invasões francesas, nas áreas de aquartelamento ou de frequente passagem das forças militares, as amoreiras “levaram grande corte”. Mas, depois desses anos, a sua destruição não mais parou.

Os lavradores continuavam a efectuar as plantações de amoreiras sem a menor ordem e nos terrenos mais férteis, que eram aproveitados, também para outras culturas. Ora, os estragos efectuados pelas pessoas que colhiam a folha, em tais culturas, acrescida do facto de a mesma se desvalorizar face à redução substancial das criações do bicho da seda, levou a que muitos proprietários cometessem “a barbaridade” de arrancarem essas árvores sem a substituição de outras em terrenos menos aptos agricolamente.

A criação do bicho da seda continuava a ser ocupação dos camponeses rústicos, sem regras nem cuidados. A fição, liberta desde 1811-1812 dos regulamentos e fiscalização, quer dos Arnauds, quer de magistrados, abandonando as exigências do método piemontês, refugiava-se, de novo, nas técnicas tradicionais e retrógradas. E a tecelagem, a última operação de toda esta cadeia produtiva, ressentia-se com a falta de capitais e ainda, com a desorganização e insuficiência das fases que a precediam, trabalhando com seda estrangeira.

Os Arnauds, que desde 1813-1814 solicitavam, em vão, providências no sentido de o Estado pôr cobro a esta situação da incúria, desorganização e desregulamentação, em 15 de Outubro de 1817, vão representar à Junta do Comércio a grave situação em que se encontrava a indústria das sedas em Trás-os-Montes, muito especialmente a fição da qual dependia, fundamentalmente aquela indústria:

- a fição pelo método à piemontesa, sem a vigilância dos Arnauds e dos mestres estabelecidos anteriormente para o efeito, sem inspecção nem regulamentos, encontrava-se abandonada e viciada;

- as fiações pelos métodos antigos, tanto das sedas finas como das sedas redondas para retoses, estavam totalmente desacreditadas; na comarca de Bragança, as fornalhas eram compostas de três ou quatro pedras, com algum barro, “sem betumes”; as caldeiras passaram a ser as “caseiras”, sem a dimensão adequada para se poderem executar as operações necessárias; não se respeitava a “conta dos casulos”, saindo crua a seda; fiava-se a peso e não a jornal, contra o determinado nos estatutos de 1788 – prática também seguida pelas fiadeiras estabelecidas em Valpaços e outras vilas, e nas 3 ou 4 casas particulares de fição à piemontesa, instaladas em Trás-os-Montes; mesmo na escola da Fábrica de Chacim, tornava-se já difícil exigir das fiadeiras o respeito pelas técnicas piemontesas.

Consideravam os Arnauds urgente pôr em prática os estatutos de 1788 ou adoptar os regulamentos do Piemonte, com as modificações que fossem julgadas necessárias, nomeadamente:

- proibir o uso dos carrilhos antigos nas terras em que estavam instalados ou se instalassem os carrilhos à piemontesa;
- adoptar regulamentos próprios para a fição pelos métodos antigos, a fim de se continuarem a aproveitar as sedas finas e redondas;
- criar novamente o cargo de superintendente, provido por um ministro privativo, da província, para, com as suas luzes, procurar o desenvolvimento da cultura da seda, fição e tecelagem.

Face à representação dos Arnauds, a Junta do Comércio, por provisão de 13 de Novembro de 1817, vai encarregar Francisco António de Morais Pessanha de dar parecer e propor “quanto pudesse ocorrer-lhe a bem deste negócio”, procurando, tanto quanto possível, conciliar as medidas e súplicas dos Arnauds com a “liberdade da indústria”.

O estudo de Morais Pessanha, fruto da investigação feita por si e das informações recolhidas dos magistrados de Trás-os-Montes, ao longo de 1818 e parte de 1819, foi enviado à Junta do Comércio e esteve na origem da sua *Memória sobre o estado actual das fiações de seda especialmente pelo método piemontês nas províncias de Trás-os-Montes e Beira; e providências para restabelecer estas fiações, e mantê-las em perfeição*, datada de Mirandela, 22 de Abril de 1819, oferecida à Academia das Ciências de Lisboa no mesmo ano, julgada “não digna de impressão”, mas que foi recentemente publicada por nós⁸.

Considerava este magistrado que, enquanto a Fábrica ou Filatório de Chacim esteve sob a superintendência de Miguel Pereira de Barros, nomeado, para tais funções pelo decreto de 30 de Julho de 1788, tinha sido possível ensinar os novos métodos de fição da seda a um bom número de fiadeiras.

Com a criação da Real Companhia do Novo Estabelecimento para as Fiações e Torcidos da Seda, em 1802, terminara a jurisdição definida pelos estatutos de 1788, ficando a vigilância e inspecção das fiações ao cuidado do conservador da nova empresa, José António de Sá. Esta, porém, na sequência das invasões francesas, suspendeu as suas operações em 1808, entrando, de seguida, em decadência, razão pela qual, em 1810, a Fábrica de Chacim foi separada daquela Companhia, deixando, assim, de haver qualquer controle sobre a fição da seda em Trás-os-Montes. Abandonaram-se as caldeiras ovais prescritas nos regulamentos da Piemonte e utilizadas pelos Arnauds em Chacim e nas escolas que estes tinham fundado, e as “fornalhas próprias, munidas dos seus competentes cinzeiros, fogões e chaminés, com registos reguladores à Rumford”,

⁸ Fernando de Sousa, *Para a Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1819-1823)*, separata da revista *População e Sociedade*, nº 5, Porto, 1999.

que economizavam o combustível utilizado e reduziam substancialmente o fumo, tão nocivo à qualidade das sedas.

Face a tal situação – conclui Morais Pessanha –, era necessário regressar aos estatutos de 1788, às condições estabelecidas pela Real Companhia das Sedas, de 1802, e conciliar tais determinações com a legislação pátria e os regulamentos de Turim, propondo, para tal um projecto de regulamento:

- a Escola Real de Chacim deveria continuar a formar as mestras de fição pelo método piemontês e as fiadeiras que continuassem a seguir os dois métodos portugueses então existentes, de sedas finas e redondas, tinham de dispor de um certificado que atestasse uma boa aprendizagem;

- as fiações pelo método piemontês, com mais de 4 rodas, quando em exercício, tinham de ser orientadas por um perito, em ordem à observância das regras estabelecidas;

- a amplitude ou contorno das rodas obedeceria a três estalões: 9 palmos para a roda piemontesa; 10 palmos para a roda portuguesa de sedas finas; 11 palmos para a roda portuguesa das sedas redondas, para retroses;

- as fornalhas adaptadas aos carrilhos de cada um dos três métodos referidos seriam construídas segundo os modelos e descrição apresentados por Pessanha (que nós não encontrámos);

- os carrilhos de fição à piemontesa tinham de obedecer aos modelos estabelecidos na Escola de Chacim;

- tornava-se necessário separar com o maior cuidado os casulos bons do “macho, meios casulos, e parca”; a todos os casulos devia ser retirada a “felpa superficial”, antes de passarem à fição; apenas se lançariam na caldeira os casulos que facilmente podiam ser escovilhados;

- cada meada fina teria de peso máximo 3 onças; as meadas seriam dobradas duas a duas, com poucas voltas, para se detectarem as fraudes, quando as houvesse;

- as fiadeiras dos estabelecimentos ou casas regulares de fição, trabalhariam, nos meses próprios, desde o nascer do sol até meia hora depois do sol posto, com uma hora para jantar e meia hora para merendar e tinham de ser pagas por jornal e não por arrátel, para assegurar a qualidade da fição;

- eram proibidos, de acordo com os estatutos de 1788, os carrilhos antigos na vila de Chacim, assim como em todos os lugares em que já estavam estabelecidos carrilhos à piemontesa;

- era necessário estabelecer regras precisas às fiadeiras pelo método antigo português, quer de seda fina, quer de seda redonda, as quais, para além da escolha rigorosa do casulo, tinham de fiar obrigatoriamente com as vacarilhas; toda a seda redonda que aparecesse com mangalhais e surriões seria perdida;

- tornava-se necessário criar uma magistratura, denominada Superintendência da Manufactura da Seda nas Províncias de Trás-os-Montes e Beira,

com amplos poderes e jurisdição em tudo quanto dissesse respeito a matas, plantação de amoreiras – Pessanha considera que a amoreira preta, preferida por pegar de estaca, era “madrasta do bicho da seda –, transgressões do regulamento, juízo privativo dos Arnauds e operários da Fábrica de Chacim, e constituída por um magistrado que seria o superintendente, um escrivão e um meirinho, pagos por um direito de 3% imposto nos tecidos de sedas estrangeiras importadas;

- finalmente, era preciso instalar-se em Trás-os-Montes uma escola de cultura das amoreiras e criação do bicho de seda, sugerindo Morais Pessanha um conjunto de prescrições bem lúcidas, que vão manter a sua pertinência e actualidade até meados do século XIX, face às carências e limitações existentes: ausência de viveiros de amoreiras; ausência da poda das amoreiras; educação da criação do bicho da seda, feita apenas pelas pessoas mais populares e grosseiras; deficiente alimentação do bicho da seda; “criações antecipadas” do mesmo e as oscilações do clima e temperatura a que era sujeito e a que nada podia obstar “nas casas mal abrigadas dos camponeses”, etc.

Em conclusão, Morais Pessanha vai corroborar e reforçar os argumentos dos italianos quanto à necessidade imperiosa de o Estado intervir, no mínimo, reavivar as condições que tinham presidido à criação da Fábrica de Chacim.

A consulta da Junta do Comércio, de 14 de Junho de 1819, na informação que elabora, vai chamar a si o essencial das exposições dos Arnauds e de Morais Pessanha, sublinhando que a regulamentação da fição não punha em causa a liberdade de comércio. Não se tratava de privilégios exclusivos, tratava-se sim de o Estado intervir para garantir o desenvolvimento da indústria das sedas e a qualidade da sua produção.

Sem o Acto de Navegação – escreve o relator da consulta –, a Inglaterra não dominaria os mares. Sem o Manifesto de Turim de 1724, o Piemonte não gozaria de um comércio da seda tão próspero. E em Portugal, sem os privilégios exclusivos da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro – o que não se pretendia para a indústria das sedas – não se garantiria a qualidade dos vinhos de embarque do Alto Douro.

A Junta, tendo em atenção as pretensões da Coroa expressas nas cartas régias de 27 de Setembro de 1810 e 17 de Setembro de 1817, assim como a relevância da indústria das sedas, considerava que o rei deveria aprovar um regulamento semelhante ao de 1788, apresentado por Morais Pessanha, nomear um ministro privativo para zelar pela manufactura das sedas, e criar uma escola de cultura das amoreiras e criação de bicho da seda.

Na sequência das reservas do procurador fiscal da Junta do Comércio, esta remeteu o requerimento dos Arnauds e a informação de Morais Pessanha ao superintendente das alfândegas de Trás-os-Montes para ouvir as câmaras onde existia a cultura das amoreiras e produção de sedas.

O secretário da Junta, porém, numa intervenção lucidíssima, vai considerar que tal diligência era inútil, pela morosidade que ia resultar de tal consulta às câmaras, pela pertinência das informações de Morais Pessanha – escolhido para a função que desempenhou, justamente porque as informações pedidas anteriormente aos corregedores nunca tinham vindo –, e porque estava convencido que tal processo serviria “mais depressa de suscitar oposições e dificuldades, que de remover oposições”.

Recorda que, se os reis Pedro II, João V, José I e Maria I procedessem com tais “vagares” quando estabeleceram as fábricas, “nunca Portugal teria obtido as manufacturas da seda, nem o belo organsim que rivalizou com os melhores de Itália”. Que sempre tinha havido magistrados com jurisdição própria para a indústria das sedas em Trás-os-Montes, Miguel Pereira de Ramos (1788-1802) José António de Sá (1802-1810) e que o seu desaparecimento contribuiria poderosamente para a dramática situação em que a criação do bicho da seda e a fição se encontravam.

O “patriotismo” de João de Vasconcelos, sócio dos Arnauds estabelecidos em Chacim, desaparecera “bem depressa”, porque não obteve os lucros esperados. Os Arnauds, sem fundos, sem regulamentos em execução, sem apoio, “nadam em dificuldades”. O filatório do Campo Pequeno encontrava-se parado. José António de Sá morrerá.

E assim – conclui o secretário da Junta – tornava-se urgente restabelecer as escolas de fição em Trás-os-Montes e na Beira, sob a inspecção dos Arnauds e nomear um ministro com a autoridade e jurisdição semelhante à que tiveram Barros e Sá, o qual, com os regulamentos da Sardenha e os estatutos de 1788, determinasse e fizesse executar o que fosse aplicável “às presentes circunstâncias”, tudo no respeito pela “liberdade da indústria”, e “tendo mais em vista a instrução e alguns prémios ou privilégios prudentemente distribuídas, do que a coacção”.

O secretário da Junta do Comércio, que pensamos ser, em 1819, José Acúrcio das Neves, com rigor e clareza apontava, de forma esclarecida, tudo o que havia a fazer.

A consulta deste organismo terminava protocolarmente, referindo que “vossa majestade mandará o que for do seu real agrado”.

Sua majestade nada mandou, e o assunto, na sequência da revolução de 1820, irá parar às Cortes Constituintes!...

Conclusão

Nos finais do século XVIII, a multissecular indústria das sedas em Trás-os-Montes, saindo de um período de crise que se arrastava desde 1750-1755, desenvolve-se significativamente – acompanhando, aliás, um certo desenvolvimento industrial que, nessa época, se faz sentir naquela província, e mesmo em todo o Reino –, e conhece um processo de modernização sem paralelo na sua história, graças à adopção dos métodos piemonteses na fição da seda.

Prosperidade, contudo, de efémera duração.

Desaparecida a perseguição sistemática que a Inquisição ali exercera durante séculos aos negociantes, tecelões e torcedores de seda – mas que, de qualquer modo, nunca conseguiu erradicar da região uma multissecular tradição de manufactura de sedas –, parecia viável a expansão e a continuidade de tal indústria: introduz-se na fição o método piemontês, constrói-se uma fábrica em Chacim, incrementa-se a plantação de amoreiras.

As tentativas de modernização de tal indústria deparam-se porém, com fortes resistências socioculturais e constrangimentos de natureza económica.

O método piemontês, hostilizado pelas tecedeiras e fabricantes trasmontanos, avessos à inovação, agarrados às suas tradicionais e ultrapassadas técnicas, dificilmente é adoptado, não conseguindo impedir, pela sua limitada adopção, a entrada dos pêlos e tramas italianos para as fábricas de Bragança e Chacim – o fio nacional, nomeadamente o trasmontano, permanece grosseiro, incapaz de ser usado na urdidura dos tecidos finos.

A Fábrica de Chacim, motivo de “vexame” para os povos da região, obrigados a concorrer a ela com as madeiras para as caldeiras e a seda para o filatório, torna-se odiosa aos criadores do bicho e produtores da seda.

Uma legislação proteccionista contribui, sem dúvida, para que esta indústria se mantenha, garantindo-lhe os mercados nacional e colonial, sobretudo o brasileiro.

Mas não pode impedir o contrabando, que desde os últimos anos do século XVIII aumenta escandalosamente, na metrópole e nas colónias.

Nem a concorrência dos tecidos estrangeiros, dada a incapacidade competitiva, já na qualidade, já na variedade, já nos preços dos artigos manufacturados no longínquo Nordeste Trasmontano, agravada por custos duplos de transporte – matérias-primas da costa até ao interior, e tecidos acabados do interior para a costa –, transporte difícil e oneroso, só possível através dos almocreves, visto que os caminhos daquela província apenas davam acesso ao carro de bois, ao burro ou à mula.

Concorrência tanto mais violenta quanto os tecidos de seda, ao contrário do que sucedia a outras manufacturas, nem sequer podem contar com o mercado local, popular, pobre, afeito ao burel e até ao tecido de linho, não a tecidos de luxo reservados apenas a grupos sociais privilegiados, escassos na região –, José

António de Sá, em finais de Setecentos, refere, quanto a Trás-os-Montes, que em Bragança não há uma casa “que faça das suas fazendas 4 000 cruzados; e os que têm de fundo 50 000 cruzados, que são poucos, se reputam homens muito ricos”.

Limitações sem dúvida importantes, postas já em evidência por economistas da época, os quais, inserindo a indústria das sedas numa problemática mais vasta, se interrogavam sobre a viabilidade e/ou utilidade das fábricas de luxo em Portugal.

Faltavam os capitais necessários para apetrechar esta indústria com maquinaria moderna de fição e tecelagem e formar uma mão-de-obra especializada, a fim de se passar de uma indústria artesanal, dispersa, tipo rural, para uma indústria concentrada, tipo capitalista.

Ou melhor, mais que os capitais, faltou a Trás-os-Montes e a Bragança em particular, uma mentalidade capitalista, característica estrutural negativa da nossa burguesia de negócios – e de que Lopes Fernandes é exemplo típico –, a qual, mais que desenvolver a indústria mediante o reinvestimento dos lucros, retirava-os para comprar bens de raiz, ânsia primeira dessa mesma burguesia envergonhada que, incapaz de se assumir como classe, procurava, outrossim, imitar a fidalguia, enobrecer-se através da compra de terras ou de cargos honoríficos.

A escassez de capitais, quer em Chacim, quer em Bragança, onde – apesar de malograda tentativa efectuada pela Real Companhia das Sedas –, nunca surgiu um projecto endógeno, aglutinador, que congregasse efectivamente os Arnauds e os negociantes e fabricantes de sedas da região, revelou-se dramática para a indústria das sedas em Trás-os-Montes.

Para continuar, as sedas trasmontanas necessitavam de mercados garantidos e de aperfeiçoamentos contínuos. Só que as invasões francesas e a extinção do regime de monopólio do mercado brasileiro destruíram aqueles e impediram estes.

Após 1813-1814, os esforços dos Arnauds para arrumarem e disciplinarem a casa trasmontana quanto à criação do bicho da seda, produção de casulo e fição, revelam-se infrutíferos, os fabricantes de Bragança debatem-se com dificuldades crescentes quanto à venda dos seus tecidos, e o Estado mostra-se cada vez mais renitente em intervir, abandonando a indústria das sedas daquela região à sua sorte.

Indústria típica do Antigo Regime, sem possibilidades de “regeneração”, será que as sedas trasmontanas podiam resistir ao liberalismo económico que a revolução de 1820 anunciou?